

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

2º Semestre 2008

REFERÊNCIA: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS (S) PLANO (S) DE BENEFÍCIOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 27/01/2009, verificou a documentação disponibilizada pela entidade para análise do resultado da Política de Investimentos e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores

Verificamos, com base na documentação suporte, que a entidade está mantendo a gestão dos recursos, em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos.

1.1 – Rentabilidade

Com base nos relatórios de investimentos da Funsejem, verificamos que o retorno consolidado dos investimentos financeiros do 2º semestre de 2008 foi de 2,10%.

O resultado segregado por tipo de gestão ficou da seguinte forma:

- Gestão Conservadora – o retorno dos investimentos nesta gestão foi de 6,19%, o que corresponde a 93,42% do CDI e 91,54% do benchmark (102% do CDI).
- Gestão Agressiva – o retorno dos investimentos nesta gestão foi de (1,86%), o que corresponde a (28,07%) do CDI e (20,55%) do benchmark (CDI + 4,5%).

Comentário: O resultado analisado no semestre foi inferior ao benchmark, porém está compatível com o cenário econômico atual em decorrência da crise mundial.

No longo prazo espera-se que os efeitos da crise sejam superados.

1.1.1 – Enquadramento

- Renda Fixa e Renda Variável
Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Funsejem respeitou os limites de enquadramento da Política de Investimentos e RES/CMN nº 3456 conforme relatório de acompanhamento de gestão da consultoria Towers Perrin/Netquant.

Renda Fixa Baixo Risco

TÍTULOS	LIMITE	INVESTIMENTO	DESENQUADRAMENTO
TÍTULOS FEDERAIS	100.00%	60.00%	0.00%
Títulos a Vista	–	34.50%	0.00%
Op. Compromissadas	–	25.49%	0.00%
TIT. ESTAD/MUNIC+PRIVADOS+FIDCs	80.00%	27.29%	0.00%
Títulos Estad/Munic	–	0.00%	0.00%

TÍTULOS	LIMITE	INVESTIMENTO	DESENQUADRAMENTO
CDBs/RDBs/Op. Compromissadas	–	19.85%	0.00%
Poupança	–	0.00%	0.00%
Debênture	–	5.07%	0.00%
FIDCs+CCIs	20.00%	2.37%	0.00%
CRIs+CCIs	20.00%	0.00%	0.00%
CDCAs	5.00%	0.00%	0.00%
FUNDOS DE DÍVIDA EXTERNA	10.00%	0.00%	0.00%

Renda Fixa Médio e Alto Risco

TIT. ESTAD/MUNIC+PRIVADOS+FIDCs	20.00%	2.35%	0.00%
Títulos Estad/Munic	–	0.00%	0.00%
CDBs/RDBs/Op. Compromissadas	–	0.00%	0.00%
Poupança	–	0.00%	0.00%
Debênture	–	2.35%	0.00%
FIDCs+CCIs	10.00%	0.00%	0.00%
CRIs+CCIs	10.00%	0.00%	0.00%
CDCAs	2.00%	0.00%	0.00%

Renda Variável Ações de Mercado

NOVO MERCADO+NÍVEL 2	50.00%	2.13%	0.00%
Novo Mercado	–	1.79%	0.00%
Nível 2	–	0.34%	0.00%
NÍVEL 1	45.00%	4.76%	0.00%
SEM NÍVEL	35.00%	3.33%	0.00%
BOVESPA MAIS	40.00%	0.00%	0.00%
RV OUTROS	3.00%	0.19%	0.00%
TOTAL RV	50.00%	10.41%	0.00%
RESÍDUO RF	–	0.39%	–

b) Derivativos

Observamos através do relatório fornecido pela consultoria Towers/Netquant que o limite de utilização de derivativo excedeu nos meses de julho a outubro conforme demonstrado no quadro abaixo:

% de Desenquadramento	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Limitado ao Total de Títulos	46.25%	–	–	–	–	–
Limitado ao Total de Títulos do Tesouro Nacional	88.17%	31.31%	34.90%	1.26%	–	–
Limitado ao Patrimônio do Plano	159.15%	33.33%	46.28%	–	–	–

Derivativos Proteção

TÍTULOS	LIMITE	INVESTIMENTO	DESENQUADRAMENTO
Limite ao Total de Títulos	89.82%	92.21%	2.39%

Alavancagem

TÍTULOS	LIMITE	INVESTIMENTO	DESENQUADRAMENTO
Limitado ao Total de Títulos do Tesouro Nacional	34.50%	65.37%	30.87%

Limite de Atuação em Mercados Derivativos

TÍTULOS	LIMITE	INVESTIMENTO	DESENQUADRAMENTO
Limitado ao Patrimônio do Plano	100.00%	157.58%	57.58%

A Funsejem alertou os gestores para que mantivessem o enquadramento em conformidade com o estabelecido na RES/CMN n° 3456.

De acordo com os gestores as operações tinham a natureza de proteção e o desenquadramento se deu por divergência na interpretação da metodologia do cálculo dos Bancos e da SPC.

Todavia os gestores se comprometeram a adotar a metodologia recomendada pela SPC.

1.2 – Custos da Gestão

Verificamos, com base na documentação suporte, que os custos administrativos com gestão de recursos ficaram dentro do planejado e foram os seguintes:

- Consultorias: R\$ 38.674,20
- Custódia*: R\$ 5.462,06
- Taxa de administração: não há
- Taxa de controladoria: R\$ 30.804,02
- Taxa Cetip: R\$ 2.732,05

1.3 – Controle de Riscos

Verificamos que a Entidade monitora mensalmente os riscos, com base nos relatórios apresentados pela consultoria de acompanhamento de gestão TowersPerrin/Netquant.

O nível de risco medido pelo VAR com limite de 0,9%, 95% de confiabilidade ficou abaixo do risco definido na Política de Investimento.

1.4 – Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução Política de Investimentos e em atendimento ao artigo 19º, da Resolução MPS/CGPC n° 13, de 01/10/2004, manifestamos que a entidade está aplicando os recursos dos planos e aderência a RES/CMN n° 3456, de 01 de junho de 2007 e RES/CGPC n° 07, de 04/12/2003, em conformidade com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

REFERÊNCIA: CONTROLES INTERNOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 27/01/2009, verificou a documentação disponibilizada para análise da aderência e eficiência dos controles internos e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Segregação de Atividades e Funções

Verificamos, com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10º da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

2 – Calendário de Obrigações

Verificamos, com base nos controles internos, que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal, participantes, patrocinadores e conselhos.

3 – Cronograma de Controles Internos

Verificamos que a entidade elaborou o cronograma de adequação dos controles internos, consoante ao § 1º do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

4 – Implementação da Política de Controles Internos

Verificamos que a entidade está implementando as adequações dos controles internos.

5 – Auditor Independente

Verificamos que o Auditor Independente RSM Boucinhas, Campos & Conti em seu relatório fez avaliação dos controles internos, consoante ao que estabelece o artigo 1º, da IN/SPC nº 3, de 05/10/2004.

6 – Manual de Governança

Verificamos que a entidade implementou o Manual de Governança Corporativa, em adequação à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

7 – Código de Ética

Verificamos que a entidade possui o Código de Ética implementado em 08 de dezembro de 2008 e que o mesmo está adequado à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

8 – Controles Internos

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- Controle das contribuições,
- Controle dos benefícios concedidos,
- Controle das contas dos participantes,
- Controle das portabilidades,
- Controle da contabilidade por planos,
- Controle das Premissas e Hipóteses Atuariais,
- Controle dos custos tributários,

- Controle das Contingências Judiciais,
- Controle da execução orçamentária.
- Controle da Política de Investimentos.
- Controle dos Sistemas de Informações – TI.
- Controle da agenda de obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal e Divulgações.

9 – Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos e pela avaliação feita pelo Auditor Independente RSM Boucinhas, Campos & Conti, manifestamos que os controles internos da entidade estão adequados ao modelo de governança proposto na Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

REFERÊNCIA: ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 06/03/2009, verificou que as premissas e hipóteses atuárias estão em consonância com o Parecer Atuarial de 2008, datado em 20 de fevereiro de 2008 pela atuária responsável Mônica Teixeira de Andrade – MIBA nº 1.117 da consultoria Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

REFERÊNCIA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 27/01/2009, verificou o controle orçamentário do 2º semestre de 2008 e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Execução Orçamentária – Programa Previdencial

Verificamos que os recursos coletados estão em conformidade com o orçado e que os recursos utilizados ficaram acima do orçado, devido a retirada de Patrocínio da Patrocinadora “LA Celulose Papel” aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC através do ofício nº 2261/SPC/DETEC/CGTR de 24 de junho de 2008.

Acompanhamento Orçamentário Custeio Previdencial

DESCRIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	AH (%)
RECURSOS COLETADOS - CONTRIBUIÇÕES	R\$ 32.789.052,96	R\$ 35.702.359,62	9%
RECURSOS UTILIZADOS - PAGAMENTOS (-)	R\$ 9.875.844,00	R\$ 28.678.946,68	190%
Aposentadorias	R\$ 3.622.140,00	R\$ 4.747.479,27	31%
Restituições e Contribuições	R\$ 4.454.880,00	R\$ 21.524.326,82	383%
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	R\$ 1.019.466,00	R\$ 1.330.163,56	30%

2 – Execução Orçamentária – Programa Administrativo

Verificamos que as despesas administrativas estão em conformidade com o orçado, houve um aumento nas despesas administrativas previdenciárias, que ultrapassou o orçado discriminadas abaixo:

Acompanhamento Orçamentário Custeio Administrativo

DESCRIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	AH (%)
DESPESAS	R\$ 1.187.741,96	R\$ 1.365.739,41	15%
Férias	R\$ 27.068,90	R\$ 34.470,82	27%
Contribuição para Fundo de Pensão	R\$ 12.000,00	R\$ 20.911,94	74%
INSS	R\$ 66.000,00	R\$ 87.326,23	32%
LOCOMOÇÕES	R\$ 4.800,00	R\$ 5.002,62	4%
Viagens e Estadias	R\$ 1.200,00	R\$ 2.060,26	72%
SERVIÇO DE TERCEIROS	R\$ 260.570,00	R\$ 389.335,43	49%
Auditoria	R\$ 12.000,00	R\$ 22.400,00	87%
Advogados	R\$ 10.080,00	R\$ 23.736,85	135%
CONSULTORIA DE SOFTWARE	R\$ 145.890,00	R\$ 341.103,81	134%
MATERIAIS	R\$ 4.350,00	R\$ 11.003,98	153%
Material de informática	R\$ 550,00	R\$ 6.066,36	1003%
ENCARGOS DIVERSOS	R\$ 72.550,00	R\$ 103.118,65	42%
Multas e taxas	R\$ 1.850,00	R\$ 10.859,53	487%

COMENTÁRIOS:

- As despesas com pessoal e encargos aumentaram por conta da contratação de um Supervisor de Processos.
- Despesa com o Congresso da Abrapp.
- Provisão do Custo de Auditoria de 2008.
- Defesa com Autos de Infração recebidos da Secretaria da Receita Federal.
- O custo com Implantação do novo Sistema de Previdência MJDS, aprovado pelo Conselho não foi retificado no orçamento.
- Compra de Garantia Estendida para o novo Servidor da Funsejem.
- Pagamentos de Tributos com Despachos Decisórios, relativo a compensações não retificadas na DCTF.

3 – Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo 19º da Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01/10/2004, manifestamos que o orçamento está sendo executado dentro dos parâmetros estabelecidos no Planejamento Orçamentário.

São Paulo, 06 de Março de 2009.

Conselho Fiscal da Fundação Sen. José Ermírio de Moraes

André Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

José Renato Hilst Izar
Conselheiro

José Domingos Carile
Conselheiro Eleito

Luiz Ferreira Neves
Conselheiro Eleito